



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

Coordenadoria do Curso Superior em Gestão de Turismo

TURISMO E ACESSIBILIDADE EM PARQUES PÚBLICOS DE ARACAJU/SE

Trabalho de conclusão de curso apresentado a banca avaliadora do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, com o objetivo de obtenção do grau de Tecnóloga em Gestão de Turismo.

Aluna: Simone de Andrade Santos da Silveira

Orientador: Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira

Aracaju – SE
2021

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Geocelly Oliveira Gambardella / CRB-5 1815,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silveira, Simone de Andrade Santos da

S587t Turismo e acessibilidade em parques públicos de ARACAJU/SE. /
Simone de Andrade Santos da Silveira. - Aracaju, 2021.

29 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira.
Monografia (Graduação - Tecnologia em Gestão de Turismo.) - Instituto
Federal de Sergipe, 2021.

1. Parque público. 2. Turismo. 3. Acessibilidade. 4. Lazer. 5.
Infraestrutura. I. Vieira, Lício Valério Lima. II. Título.

CDU 338.48

RESUMO

O turismo é considerado como uma atividade que proporciona lazer e trocas de experiências. Essa atividade também pode ser realizada em os parques urbanos, os quais são de grande importância para a qualidade de vida da população e dos seus visitantes. O presente trabalho tem como objetivo analisar as questões de infraestrutura e acessibilidade de dois parques urbanos de Aracaju: Gov. José Rollemberg Leite e Gov. Antônio Carlos Valadares. Para este estudo, foram desenvolvidas três etapas: A primeira foi realizada através de estudos sobre turismo e acessibilidade, por meio de pesquisas bibliográficas levantando informações sobre a temática de estudo. A segunda etapa constituiu a pesquisa de campo, na qual foram realizados levantamentos, coleta de dados e observações com relação a infraestrutura local. As observações foram registradas através de fotografias, analisando as condições de acessibilidade, conforme a norma da ABNT 9050, a qual visa a eliminação das barreiras, para que se torne ambiente mais atraente e frequentado pelos visitantes/turistas, independente do seu estado físico. A terceira etapa foi realizada através da pesquisa exploratória, com aplicação de questionário aos visitantes, complementado com observação sistemática local. Como conclusão do estudo, observou-se que o Parque José Rollemberg Leite não oferece condições de acessibilidade, não atende as normas e leis de acessibilidade, necessitando de melhoria em toda estrutura do parque, enquanto o Parque Gov Antônio Valadares possui elementos que possibilitam acessibilidade, porém necessita de reforma e manutenção em sua infraestrutura.

Palavras – Chave: Parques públicos, Turismo, Acessibilidade, Lazer, Infraestrutura.

1. INTRODUÇÃO

O turismo é definido como uma atividade de lazer que qualquer indivíduo pode realizar. Portanto, os parques urbanos, são de extrema importância para a qualidade de vida da população, devendo ser para todos independentemente da idade ou do seu estado físico. Quando se fala em acessibilidade, a primeira ideia que as pessoas pensam, é uma rampa de entrada para cadeirantes. Mas, a acessibilidade vai muito além, existindo várias leis e conceitos sobre ela.

O turismo deve ser uma atividade que permite a participação de todas as pessoas. Para promover a acessibilidade, os destinos precisam oferecer uma infraestrutura adaptada para todos. O termo "acessibilidade" começou a ser utilizado recentemente. No final da década de 40, o termo foi utilizado para designar a condição de acesso de pessoas com deficiência.

A acessibilidade no turismo está avançando, porém, as barreiras continuam. O conceito de acessibilidade é descrito na Legislação brasileira como a condição, para a utilização com segurança e autonomia total ou assistida dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, do serviço de transportes e dos dispositivos do sistema de comunicação e informação.

A sociedade está cada vez mais preocupada em reduzir as diferenças, aproximando as pessoas na igualdade de direito, por exemplo, circular com facilidade e realizar atividades do cotidiano. Por isso, a acessibilidade é muito importante, é uma questão de qualidade de vida e respeito com as pessoas independente do estado físico.

O turismo é uma das melhores formas de diversão e também um importante fenômeno para geração de emprego e renda. Por isso, tem que ser realizado de maneira planejada e sustentável. As mudanças constantes realizadas pelo homem, nos espaços geográficos das grandes cidades brasileiras proporcionam transformações arquitetônicas e urbanistas nos espaços públicos e privados, que às vezes não respeitam o direito constitucional de ir e vir das pessoas.

Os parques urbanos são áreas compostas de cobertura vegetal, oferecendo aos visitantes e turistas diversas opções de lazer, diversão, realização de atividade física e contato com a natureza (DORIGO; LAMANO-FERREIRA, 2015). No entanto, para que eles funcionem com uma boa qualidade, é preciso que seja realizado um bom planejamento que atenda os anseios e necessidades dos visitantes.

De acordo com Colesanti (1994) e Toledo e Santos (2008) os parques urbanos são espaços verdes que agregam os espaços livres de construção da cidade, onde a principal função é a preservação e recuperação do ambiente vegetativo, sendo também destinado ao lazer público. Esses espaços são destinados para toda população, na qual devem conter obrigatoriamente todos os dispositivos de acessibilidade para as pessoas (FRANÇA; SANTOS; GOMES, 2013)

Como está a acessibilidade nos parques de Aracaju? Será que oferece boas condições para atender turistas e visitantes de forma acessível?

Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar as questões de infraestrutura e acessibilidade nos parques públicos de Aracaju/SE: Parque da Cidade Gov. José Rollemberg Leite e o Parque dos Cajueiros. A pesquisa ainda teve os seguintes objetivos específicos: * Caracterizar os parques objetos de estudo; * Levantar as leis e normas para acessibilidade em espaços públicos; * Identificar a infraestrutura vinculadas às questões de acessibilidade; * Levantar pontos fortes e fragilidades quanto às questões de acessibilidade dos parques, e ainda, * Propor alternativas para potencialização e/ou melhoria da infraestrutura de modalidade nos parques.

Na metodologia foram realizadas pesquisas bibliográficas, caracterizando a acessibilidade junto ao turismo. Essa pesquisa se expande, de acordo com materiais já

existentes, onde a base principal é por meio de artigos científicos, livros, revistas, enciclopédias e sites. Segundo Rampazzo e Corrêa (2008) explica que a pesquisa bibliográfica é a parte obrigatória para qualquer tipo de pesquisa.

Quanto a natureza o trabalho apresenta, como pesquisa básica, na qual envolve verdades e interesses universais. Segundo Appolinário (2011), a pesquisa básica tem a finalidade de avançar o conhecimento científico, sem se preocupar com a aplicação imediata dos resultados a serem obtidos. Quanto à abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde a realidade é compreendida somente na base da investigação e no levantamento de dados. Conforme Appolinário (2011), os dados da pesquisa qualitativa são recolhidos a partir das interações sociais e observados de modo teórico pelo investigador, nesta categoria a preocupação é com o fenômeno.

Quanto ao objetivo da pesquisa se trata de uma pesquisa exploratória, a qual tem como objetivo aprofundar nas informações coletadas sobre o assunto investigado. Para Severino (2016) a pesquisa exploratória busca levantar informações sobre um objeto específico determinando o campo de trabalho e mapeando as circunstâncias de manifestações desse objeto; esse tipo de pesquisa tem a necessidade de um constante levantamento bibliográfico e observações de fatos.

A primeira etapa desenvolvida foi a pesquisa bibliográfica, com o propósito de realizar um levantamento conceitual. Segundo Dencker (1998) a pesquisa bibliográfica permite uma categoria de maior abrangência, possibilitando o levantamento de elementos/dados históricos e a economia de tempo. De acordo com Mattar (1996), a pesquisa bibliográfica é devidamente utilizada nos primeiros estágios da investigação, a compreensão e o aprendizado do fenômeno por parte do investigador é geralmente pouca ou inexistente.

A segunda etapa foi realizada o trabalho de campo, foram observados alguns itens que necessitam ter acesso a acessibilidade nos locais estudados. Foram feitos levantamentos, coletas de dados, observações e vários registros com fotografias do local, analisando se esses espaços foram adaptados conforme a ABNT 9050. Segundo Ruiz (1996) a pesquisa de campo representa uma observação de acontecimentos, onde ocorre na coleta de dados e nos registros das constantes variações presumidamente relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.

A terceira etapa foi executada a coleta de dados por meio de um questionário individual para visitante de cada parque (APÊNDICE I) e para os gestores dos parques (APÊNDICE II). Para Gil (1999) o entrevistador permite que o entrevistado fale

livremente sobre o tema, entretanto quando desvia do conteúdo original esforça-se para sua retomada.

O presente trabalho segue com mais dois capítulos: um que trata da fundamentação teórica, onde são levantadas as seguintes temáticas: Turismo, acessibilidade e lazer; Mobilidade urbana e turismo; Acessibilidade e regulamentações; contexto dos parques urbanos. O outro capítulo aborda a caracterização dos parques: Gov. José Rollemberg Leite e Parque dos Cajueiros. Segue ainda mais um capítulo onde são apresentados os resultados e discussões, com análise dos dados e informações levantadas e os devidos registros fotográficos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são apresentadas análises importantes acerca do objeto de estudo, oferecendo uma base metodológica e teórica: conceitos sobre turismo, acessibilidade, lazer, e mobilidade urbana.

2.1. TURISMO, LAZER E ACESSIBILIDADE

2.1.1 Considerações sobre Turismo e lazer

O turismo é um fenômeno social que é representado no deslocamento temporário e voluntário de pessoas que saem do seu local de residência para outro por diversos motivos, como: saúde, recreação, cultura e descanso, onde não exerce nenhuma atividade lucrativa. Ele também representa um importante papel no processo de inclusão social, na geração de emprego e diversos (DE LA TORRE, 1992).

A Organização Mundial do Turismo define o turismo como: “O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p. 38).

De acordo com Dumazedier (1973), o turismo tem a função de diversão, passatempo, descanso, desenvolvimento, recreação e brincadeira. Para a economia, esta atividade é um dos setores mais importantes. Portanto, para que haja um desenvolvimento na movimentação turística com equilíbrio existe um conjunto composto com 5 recursos: Atrativo, Infraestrutura, Turista, Comunidade e Serviços (MTUR, 2009).

Segundo Beni (2008), o turismo tem como elemento importante o fornecimento de serviços para satisfazer as preferências dos turistas, motivações e suas necessidades, ou seja, constitui em produzir, preparar e distribuir serviços e bens turísticos. A relação entre inúmeras atividades forma um sistema que determina o sistema turístico.

Segundo Duarte (2005) a atividade turística está diretamente ligada à sua característica de diversidade de povos e raças, ou seja, tudo deve ser receptivo a qualquer indivíduo, sempre devendo incluir o turismo para todas as pessoas que desejam usufruir tais serviços.

Segundo Corner (2001) o turismo é conceituado como um modelo de desenvolvimento econômico trazendo vários benefícios para suprir a escassez econômica, social e estética. Além disso, garante e valoriza a dignidade ecológica e cultural.

Andrade (1992) denomina o turismo como uma atividade bastante complexa, onde visa o planejamento, a promoção e execução de viagens e serviços de recepção. O turismo envolve questões com regulamentações culturais, técnicas ou financeiras.

Para Beni (2001) o turismo é o resultado da soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da não permanência do residente. Segundo Boullon (2004) é essencial que os empreendimentos e atrativos turísticos incluam uma infraestrutura acessível para que as atividades turísticas sejam realizadas. Barreto (1997) Conceitua a infraestrutura como a junção de combinações de edificações, obras e serviços públicos que forneçam bem-estar e conforto a população.

Andrade (1992) explica que existem dois aspectos que são fundamentais para a atividade turística: teoria e prática. De modo teórico, o turismo está ligado diretamente com o fluxo de pessoas que partem com o objetivo de lazer para determinada localidade, envolve também questões culturais, financeiras e técnicas. Na prática, o turismo tem o propósito de estabelecer um conjunto de ações para atrair os indivíduos, disponibilizando diversos pontos de atração e preparar serviços que são essenciais.

Barreto (2003) explica que o turismo tem impactos econômicos diretos e indiretos na economia do país. Os efeitos diretos estão ligados ao resultado das despesas, na qual é realizado pelos turistas por meio de equipamentos turísticos, em que o turista pagou diretamente. Já os efeitos indiretos estão ligados nas despesas realizadas através de equipamentos e prestadores de serviços turísticos na obtenção de bens e outros tipos de serviços.

Por sua vez, lazer é derivado do latim “*licere*” que significa “ser lícito, ser permitido, poder-se fazer”, originou-se a partir do fenômeno da sociedade industrial, onde a exaltação do trabalho deu origem à valorização do não trabalho, ou seja, modificando o tempo livre vivenciando o lazer. (ROLIM, 1989).

Dumazedier (2001) explica que lazer é um conjunto de ocupações, nas quais o indivíduo concebe de livre e espontânea vontade, por diversos motivos: como meio de entreter-se,

diversão, repouso, recreação e também para o desenvolvimento de sua informação ou formação desinteressada. É, portanto, um meio de escolha, proporcionando o sentimento de bem-estar.

De acordo com a Legislação Brasileira de 1988, o lazer é um direito social destinado para toda população. O lazer é apontado no artigo 6º, juntamente com os direitos à saúde, à educação, à previdência social, à moradia, à segurança, ao trabalho, à assistência aos desamparados e a proteção à maternidade e à infância. (BRASIL, 1988). A lei relata que o direito ao lazer é destinado para todos, contudo depara com as dificuldades, sendo retirado o direito especialmente para as pessoas que possuem mobilidade reduzida. É necessário a disponibilidade de espaços e equipamentos públicos em diversas regiões das cidades, garantindo a acessibilidade nesses espaços. (SOUZA, 2016)

2.1.2. Aspectos da Acessibilidade e da mobilidade urbana

Acessibilidade é condição fundamental para a inclusão social, por isso as áreas públicas necessitam estar conforme regulamenta a norma de acessibilidade para que ocorra a participação de todos os cidadãos (BINS ELY, 2004). O Ministério do Turismo tem buscado garantir a acessibilidade a todos independente das diferenças, apoiando projetos que assegurem a acessibilidade urbana, adaptações de atividades turísticas, entre outros. (BERNARDES, 2014)

Segundo Vasconcellos (2001), a acessibilidade é vista como a condição para atingir um determinado destino e não apenas a facilidade de atravessar espaços. Por sua vez, Sathisan e Srinivason (1998) contribuíram diretamente para a melhor compreensão dos termos: mobilidade e acessibilidade. A mobilidade é a praticidade do deslocamento, na qual está sendo realizado, enquanto a acessibilidade é a capacidade de atingir um determinado destino/lugar.

De acordo com a Lei 13.146/2015 (BRASIL, 2015) acessibilidade é conceituado como condição de alcance para utilização, com autonomia e confiança de espaços mobiliários, equipamentos urbanos, comunicações e edificações. Incluindo também seus sistemas, tecnologias, serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado.

O Decreto nº 5.296 de 2004, aborda a questão da acessibilidade e contempla os espaços de lazer e, em 2009, uma nova lei de nº 11.982 expõe novos progresso na adaptação de equipamentos de parques de diversões e brinquedos, suprimindo às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2009).

Segundo Moreira (2010, p. 64) a acessibilidade no turismo: [...] “É a obrigação que não cabe apenas a associações ligadas ao atendimento direto, mas também os órgãos públicos devem analisar suas estratégias políticas, havendo a inclusão das pessoas com deficiência. Diversos lugares alegam serem acessíveis, mas na verdade não são, pois, suas adaptações não

são eficazes”. Para Pavarino Filho (1996) a acessibilidade pode ser conceituada como uma possibilidade de realizar atividades no turismo de forma geral.

O Ministério das Cidades conceitua a acessibilidade como um conjunto de aspectos fundamentais como: tempo, custo e distância, para que possa conquistar liberdade aos destinos que são oferecidos pela cidade (BRASIL, 2006). Como afirma Sasaki (1999, p. 41) é “fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas incluindo portadores de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos”.

Na maioria das vezes, as rotas turísticas necessitam proporcionar a acessibilidade, não apenas nos aspectos de infraestrutura e dispositivos turísticos, mas também nas áreas que são prestadas para aqueles habitantes/visitantes que são portadores de necessidades (TOLEZANO, 2011).

De acordo com Silveira e Ribeiro (2006) o termo acessibilidade está ligado diretamente ao atendimento das necessidades das pessoas. A acessibilidade aproxima os meios técnicos aos indivíduos, principalmente para aqueles que possuem algum tipo de deficiência. Conforme Kinsky (2004), o conceito de acessibilidade está ligado ao afastamento de obstáculos, prevista no artigo 5º da Constituição Federal, na qual presume que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza.

Quando uma cidade dispõe de um bom planejamento com ações de infraestrutura adequada, proporciona a acessibilidade e conseqüentemente a inclusão social. Segundo Grinovar (2004), há diversas definições que estão ligadas nas possibilidades de acesso dos indivíduos ou de grupos sociais, ou seja, há uma articulação nas atividades ou serviços que estão presentes nas cidades, proporcionando a igualdade de oportunidade aos usuários urbanos.

Para Sasaki (2004), o termo acessibilidade precisa ser incorporado aos conteúdos práticos de todos os cursos formais e informais presentes no Brasil. Por consequência das dificuldades econômicas e culturais, empresários e poder público ainda não criaram alternativas para assegurar condições adequadas de infraestrutura capacitada para permitir a recepção, adaptação de equipamentos e serviços turísticos. (DANTAS, 2008)

O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana (2006), conceitua o Desenho Universal como uma conduta para a eliminação das barreiras, tendo o propósito de adequar o local para atender as especificações que são exigidas destinado para toda a população. Segundo Souza (2016) o desenho universal, tem como objetivo oferecer espaços livres de barreiras promovendo a acessibilidade para a população.

A NBR 9050 (2004) determina o desenho universal como aquele que pretende atender o maior número de características sensoriais dos cidadãos e antropométrica; definindo também a acessibilidade como a capacidade de percepção, entendimento e a condição de alcance, utilizando com segurança e autonomia os espaços mobiliários, edificações e equipamento urbano.

Mobilidade urbana é um tema muito discutido nas políticas públicas, onde envolve o planejamento das cidades. De modo geral, interfere diretamente no modo em que as pessoas se locomovem pelos espaços geográficos urbanos e no bem-estar dos indivíduos (MATIAS, 2017). É, portanto, entendida como a facilidade de deslocação de pessoas na cidade, sendo utilizado por diversos meios de transporte, vias e toda infraestrutura urbana (PINTO, 2019)

A mobilidade urbana é considerada sustentável quando possibilita o acesso universal das pessoas na cidade e às oportunidades que são oferecidas, colaborando diretamente para o desenvolvimento socioeconômico, utilizando a percepção de infraestrutura viária sem prejudicar o meio ambiente (GOMIDE, GALINDO, 2013).

A mobilidade e acessibilidade têm uma grande importância, em razão de fazerem parte das atividades humanas estabelecendo uma relação direta, com a qualidade e oportunidade na vida dos indivíduos (SILVA; RIBEIRO, 2006). Alves e Raia Júnior (2009) acreditam que a acessibilidade é o ponto chave da inclusão, que é realizada através da equiparação das oportunidades, na qual a vida oferece.

Para Beni (2011) a globalização acarretou um alto índice de disponibilidade e acessibilidade em amplitude mundial dos serviços turísticos e dos produtos das instalações. Por outro lado, afirma-se, portanto, que a mobilidade urbana não é apenas o ir e vir das pessoas e produtos, mas um fator de estruturação e reestruturação do espaço e do território.

Existe uma relação entre mobilidade e turismo, na qual se caracteriza por ser interdependente. Para Coriolano e Fernandes (2012, p.2), “sem mobilidade não há turismo, pois o turismo supõe deslocamento, mudança de lugar, movimento”. Nesta perspectiva, Coriolano & Fernandes (2012, p.6) afirmam que: “O turismo está relacionado às mobilidades temporárias, em que ocorre turistificação em muitos lugares onde se assiste ao desenvolvimento da mobilidade turística que implica em fluxos humanos, culturais, técnicos e financeiros.”.

Dischinger e Padaratz (2005) determinam que o termo acessibilidade pode ser interpretado como o poder de chegar em um determinado lugar de forma segura e independente. A acessibilidade é um direito que foi estabelecido pela Legislação Brasileira em que possibilita

o acesso à informação, bens e serviços destinados para toda população, incluindo pessoas que necessitam de adaptações especiais para acessar ou consumir algo (BRASIL, 1989; 2000; 2004)

A acessibilidade e mobilidade urbana são termos novos, na qual estão diretamente ligados na junção de uma união de políticas de desenvolvimento urbano, circulação e transportes (SANTOS; ARAÚJO, 2019). Essa diversidade de políticas, afeta e é afetada de forma direta e indireta por meio da mobilidade das pessoas, logo é possível observar que o assunto é de fundamental importância (KNEIB, 2016).

De acordo com o Manual de Acessibilidade da ABNT (2015), a acessibilidade precisa ser explorada e contemplada em todas as etapas de cada projeto, como a execução e adaptação no meio urbano.

No que se refere aos parques urbanos, o Decreto 5.296 /2004 (BRASIL, 2004) no seu artigo 15, prenuncia que os espaços públicos devem ter infraestrutura adequada, que esteja de acordo com as normas técnicas o que diz a acessibilidade, assegurando a todos o direito de usufruírem esses espaços com liberdade e segurança.

A Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT – NBR 9050, 1994) tem o objetivo de promover a acessibilidade no espaço construído e propiciar condições de mobilidade, com confiança e autonomia, excluindo as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, edificações e em meios de comunicação e transporte (BRASIL, 1994; 2004; 2015).

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

No Brasil os parques urbanos surgiram no século XVIII, com o propósito de suprir os interesses da coroa portuguesa nas potencialidades econômicas por meio da natureza brasileira, através da proteção das áreas verdes com objetivo de passeios públicos, contemplação da natureza e lazer (SEGAWA, 1996). O parque brasileiro deu origem a “um aspecto complementar ao cenário das elites emergentes”, estruturando de maneira compatível a forma urbana e internacional. (MACEDO; SAKATA, 2003)

Segundo Macedo e Sakata (2003), os parques são vistos como espaços de uso público, sendo atribuídos para recreação de massa, que são necessários para abranger as intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente.

Os parques urbanos são espaços públicos, destinados para toda a população, nas quais devem abranger todos os dispositivos de acessibilidade para as pessoas com deficiências, que também são cidadãos tendo direito ao lazer e recreação. (MARIA; RIBEIRO, 2011)

O estudo de caso foi realizado nos parques urbanos de Aracaju, são eles: Parque da Cidade Gov. José Rollemberg Leite e o Parque Gov. Valadares, conhecido como “Parque dos Cajueiros”.

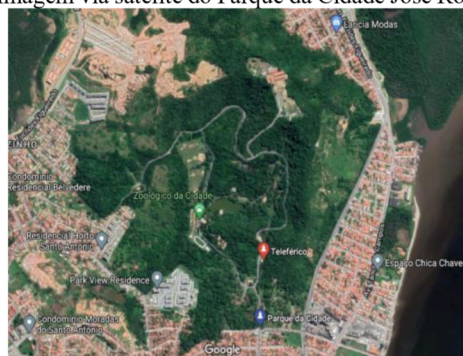
3.1. Parque da Cidade Governador José Rollemberg Leite

Construído no ano de 1979 o Parque José Rollemberg Leite (figura 1), conhecido também como Parque da Cidade foi o primeiro parque da cidade de Aracaju, construído no famoso Morro do Urubu sendo localizado na Avenida Coríntio Leite, Bairro Industrial zona norte de Aracaju. São diversas histórias contadas em relação ao nome do morro, uns relatam que havia um grande lixão na área, outros falam que por ser uma área de altitude elevada, a área servia de dormitório, atraindo diversas espécies de aves.

O parque é caracterizado por ser um local livre, arborizado, abrigando uma pequena reserva biológica e também uma área de proteção animal. O espaço possibilita o encontro de pessoas de todas as idades que estão em busca de realizar diversas atividades como: lazer, esporte, turístico, entre outros.

Inaugurado em 12 de março de 1979, o parque teve a presença do grupo humorístico “Os trapalhões”. No decorrer dos anos, o local foi completamente abandonado pelos visitantes e turistas, por apresentar estrutura danificadas e infraestrutura precária para atender o público.

Figura 01: Imagem via satélite do Parque da Cidade José Rollemberg Leite



Fonte: Google Maps (2021)

Em 25 de maio de 1985 o parque foi reinaugurado trazendo uma ampla diversidade de opções de lazer como: campo de futebol, serviços de charretes, trenzinhos, quadras poliesportivas, entre outros. (figura 2).

Figura 02: Imagem do Parque da Cidade José Rollemberg Leite



Fonte: Autora (2021)

Em 2006 o parque passou por uma nova reforma, atribuindo mais uma opção de lazer como a construção do teleférico, proporcionando uma visualização panorâmica da Mata Atlântica, do Rio Sergipe e algumas instalações do zoológico. E também teve a implementação de um espaço destinado para a administração do parque.

O zoológico é o espaço que possui mais fluxo de visitantes, em razão da grande variedade de animais. Em algumas áreas do zoológico há uma grande preocupação da acessibilidade e inclusão de cadeirantes.

3.2 Parque dos Cajueiros

Inaugurado na década de 1990, o Parque Gov. Antônio Carlos Valadares conhecido também como Parque dos Cajueiros fica situado em uma área nobre da capital sergipana. O parque ficou um período fechado (cerca de 10 anos), sendo reaberto no começo do ano de 2012 com inúmeras opções de lazer para todas as idades (figuras 3 e 4).

Figura 03: Imagem via satélite do Parque dos Cajueiros



Fonte: Google Maps (2021)

Figura 03: Imagem do Parque dos Cajueiros



Fonte: Autora (2021)

O parque possui uma pequena passarela sobre o Rio Poxim, com uma magnífica paisagem admirada por muitos visitantes turistas. O local também é bastante aproveitado para a pesca e esportes. Em relação à infraestrutura o parque possui academia ao ar livre, com diversos equipamentos. Possui pistas de pedestres, ciclovias, quadras poliesportivas e prática de esportes náuticos sendo praticados no rio Poxim.

No complexo do local há inúmeros comerciantes, na qual vendem guloseimas, pipocas e disponibilizando camas elásticas, piscinas de bolinhas fazendo a alegria da criança. Também possui lanchonetes, sorveterias e um restaurante chamado “Casa de Seresta Raimundo Baiano” muito conhecido por suas serestas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa dos parques Gov. José Rollemberg Leite e Cajueiros foi baseada nas recomendações das normas de ABNT NBR 9050 e na Lei nº 10.098/00, as quais possuem como objetivo principal tornar os espaços urbanos mais acessíveis, eliminando barreiras para as pessoas, independente do seu estado físico seja com deficiência ou mobilidade reduzida.

Em razão da pandemia do COVID-19, os questionários foram criados no Google Forms e disponibilizado pelas redes sociais WhatsApp, Instagram e E-mail para visitantes e gestores. Portanto, o número de respostas recebidas não foi o esperado, comparado a quantidade de questionários enviados. Durante a pesquisa no parque não foi encontrado o gestor, em razão disso foi enviado um questionário para a coordenadora de Áreas Protegidas do Estado de Sergipe, o que contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa do parque da Cidade - José Rollemberg Leite. Com relação ao Parque dos Cajueiros foi informado que atualmente está sem gestão e no momento o Pelotão Ambiental cuida do parque. Por esse motivo, não foi possível obter resposta do questionário do gestor referente ao Parque dos Cajueiros.

4.1. Levantamento de pesquisa parque da Cidade - José Rollemberg Leite

O parque analisado apresenta vários problemas em relação à infraestrutura. Na entrada do parque (figuras 05 e 06) é possível observar o primeiro obstáculo com relação a acessibilidade, como por exemplo falta de rampas de acesso, a calçada não é adaptada apresentando níveis diferentes.

Figuras 05 e 06: Imagens do Parque José Rollemberg Leite.



Fonte: Autora (2021)

O ponto de ônibus está localizado aproximadamente 50 m da entrada do parque (figuras 08 e 09), não oferece nenhuma acessibilidade, com inúmeros buracos e desníveis em todo calçamento.

Figuras 07 e 08: Imagens do ponto de ônibus.



Fonte: Autora (2021)

O parque enfrenta grande dificuldade em relação a inclinação e padronização de sinalização tátil em rampas. É possível verificar (figura 09 e 10) que não possui nenhuma sinalização horizontal na rampa e ausência do piso tátil como é estabelecido conforme a NBR 9050.

Figura 09 e 10: Imagens do ponto de descanso com rampa apresentando irregularidade.



Fonte: Autora (2021)

A sinalização e placas de trânsito são existentes, contudo, podem ser ampliadas e melhoradas em todo o parque (Figuras 11 e 12). Foi verificado a partir da (figura 12) que a área de circulação é totalmente pavimentada e apresenta pequenas falhas (desnívelamento) podendo ser um obstáculo para pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida.

Figuras 11 e 12: Imagens de sinalização



Fonte: Autora (2021)

O acesso ao posto (figuras 13 e 14) possui uma escada larga contínua, não possui nenhuma rampa e corrimão para pessoas com mobilidade reduzida, ou seja, a área de circulação externa não possui nenhuma acessibilidade.

Figura 13 e 14: Imagens do posto policial do parque, é possível observar que na entrada não possui acessibilidade.



Fonte: Autora (2021)

Na chegada ao parque, é possível deixar o veículo em um estacionamento aberto (figura 15), localizado aproximadamente a 100 m da entrada principal, nesse caminho percorrido não há nenhuma acessibilidade. O calçamento de todo estacionamento é de paralelepípedo proporcionando mais obstáculos, não há vagas destinada para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência.

Figura 15: Imagem do estacionamento



Fonte: Autora (2021)

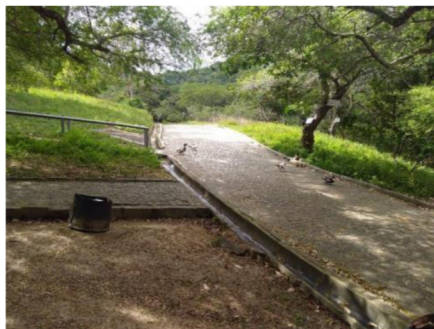
Foi observado (figuras 16, 17 e 18) que em algumas áreas é inexistente a pavimentação, com diversas raízes de árvores, gramados e ausência de rampas dificultando a acessibilidade ao local.

Figuras 16 e 17: Imagens da área de zoológico



Fonte: Autora (2021)

Figura 18: Imagem da área do zoológico



Fonte: Autora (2021)

4.1.1. Resultados obtidos através dos questionários - visitantes (Google Forms)

Foram aplicados 31 questionários, mas somente 12 pessoas responderam. O questionário foi enviado através de e-mail e pelas redes sociais Instagram e WhatsApp

Quanto à visita ao local 54,8% informaram que não costumam visitar o parque e 45,2% informaram que costumam visitar o local. De acordo com os visitantes 41,9% informaram que vão acompanhados com a família; 41,9% com os amigos e apenas 16,1% visitam o parque sozinho. Foi informado que 96,8% dos visitantes não possuem nenhuma deficiência e apenas 3,2% possuem deficiência física.

Em relação a satisfação da acessibilidade no local, 71% dos entrevistados informaram que não estão satisfeitos e 29% dizem que estão satisfeitos. Classificam o parque como “bom” 54,8% dos entrevistados; como “ótimo” 16,1% e 29% dos entrevistados classificam o parque como “ruim”. A experiência no parque foi positiva para 61,3% dos entrevistados e 38,7% como negativa.

Ao perguntar aos entrevistados sugestões para a melhoria da infraestrutura do parque, foi possível observar as seguintes opiniões:

- Entrevistado 1: “Melhoria do acesso ao zoológico, uma passarela para o público se locomover sem precisar disputar espaço com os carros”.
- Entrevistado 2: “Inovação e segurança”.
- Entrevistado 3: “Brinquedos que permitam que crianças com deficiência também possam brincar”.
- Entrevistado 4: “Implementação de cercas separando o parque da vegetação e mudanças em relação a acessibilidade para melhor aproveitamento das pessoas que possuem necessidades físicas.”
- Entrevistado 5: “Pintura das construções”.

- Entrevistado 6: “O parque possui uma infraestrutura precária. A sugestão seria implantação de mais rampas, banheiros acessíveis, melhorar o acesso ao zoológico, pois não apresenta muita acessibilidade, entre outros.”
- Entrevistado 7: “Deveria ter mais atrativos”.
- Entrevistado 8: “Precisa de reforma”.
- Entrevistado 9: “Aumentar um pouco a acessibilidade para outras pessoas com deficiência possam ir ao parque”.
- Entrevistado 10: “Primeiro, tratar melhor os animais que vivem lá, todo mundo sabe que os bichos passam fome e são solitários. Além disso, tratar de botar um policiamento mais reforçado lá, porque os assaltos são frequentes e além disso, tentativas de abusos sexuais também ocorrem”.
- Entrevistado 11: “Melhorar a iluminação do local”.
- Entrevistado 12: “O zoológico precisa de reestruturação e mais cuidados com os animais”.

4.1.2. Resultado obtido através do questionário para gestor - coordenadora de Áreas Protegidas do Estado (Google Forms)

Segundo a coordenadora de Áreas Protegidas do Estado de Sergipe, o parque costuma receber muitos visitantes e o que mais agrada no local é o lazer, contato com a natureza e o zoológico. A mesma informou que o parque José Rollemberg Leite não oferece nenhuma acessibilidade aos visitantes, não atendendo as leis e normas de acessibilidade NBR 9050:2004.

Foi informado também que o parque não possui nenhum projeto para atrair visitantes/turistas com mobilidade reduzida. A coordenadora relatou que o parque necessita de reforma em toda sua infraestrutura para melhor atender os visitantes. Em razão da pandemia, o parque se encontra fechado e está recebendo apenas animais capturados pelo ADEMA (gestão da área do zoológico) e pelo Pelotão Ambiental.

A partir da análise e dos depoimentos, é possível diagnosticar que o parque José Rollemberg Leite não oferece as mínimas condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida conforme a Lei nº 10.098 e a NBR 9050:2004 apresentando inúmeras barreiras arquitetônicas.

4.2. Levantamento de pesquisa Parque dos Cajueiros

O parque apresenta acessibilidade em toda área externa, garantindo aos visitantes segurança e conforto (Figuras 19 e 20).

Figuras 19 e 20: Imagens da entrada do parque



Fonte: Autora (2021)

Através das imagens (figuras 20 e 21) é possível observar que na entrada do parque, existem elementos acessíveis para visitantes/turistas, proporcionando o direito de ir e vir com autonomia e segurança, que são estabelecidas pelas normas de acessibilidade, como por exemplo, rampas, travessia de pedestre elevada, piso tátil, calçamento uniforme e ciclovia para ciclistas e pedestres.

Figura 20 e 21: Imagens da entrada do parque



Fonte: Autora (2021)

Conforme as (figuras 22 e 23) é possível observar que a rampa principal do ponto de ônibus é acessível, porém encontra-se em estado de degradação devido a ação do tempo faltando pintura e manutenção.

Figuras 22 e 23: Imagens do ponto de ônibus e rampa de acesso



Fonte: Autora (2021)

O parque possui rampas com piso tátil como é estabelecido, segundo a NBR – 9050 proporcionando aos visitantes/turistas a livre circulação em todo o parque. As rampas conforme as (figuras 24 e 25) apresentam falta de manutenção.

Figuras 24 e 25: Imagens das rampas de acesso na área interna



Fonte: Autora (2021)

O estacionamento não possui vagas destinadas a veículos que transportam pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O parque não possui nenhuma sinalização de placas verticais ou horizontais. (Figuras 26 e 27)

Figura 26 e 27: Imagens do estacionamento



Fonte: Autora (2021)

As faixas de pedestres existentes em todo parque são acessíveis, oferecendo aos visitantes/turistas uma melhor segurança. De acordo com a resolução nº 738, de 6 de setembro de 2018, (BRASIL,2018) estabelece padrões e critérios para a instalação de travessia elevada para pedestre em vias públicas. (Figuras 28, 29 e 30)

Figuras 28 e 29: Imagens da faixa de pedestre



Fonte: Autora (2021)

Figuras 30: Imagem da faixa de pedestre



Fonte: Autora (2021)

O acesso aos banheiros femininos e masculinos não possui rampas de acesso dificultando o acesso de pessoas com mobilidade reduzida. Foi verificado que a área de circulação possui apenas piso tátil na entrada principal da administração dos banheiros e na entrada dos banheiros não possui nenhum tipo de acessibilidade. (Figura 31)

Figura 31: Imagem da administração dos banheiros



Fonte: Autora (2021)

Foram observados que os banheiros femininos e masculinos ambos são acessíveis em algumas partes, como por exemplo as barras de apoio que são fundamentais para a melhor movimentação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os pisos dos boxes sanitários não são antiderrapantes como é regulamentado pela ABNT NBR – 9050:2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos). (Figuras 32 e 33)

Figuras 32 e 33: Imagens do banheiro



Fonte: Autora (2021)

Foi analisado (figura 34) que não há barras de apoio ao lado da pia e a torneira não é adaptada para deficientes ou pessoas com mobilidade reduzida (mecanismo manual e giratório),

como é exigido pela ABNT NBR 9050, na qual recomenda que as torneiras sejam acionadas por alavancas ou sensor.

Figura 34: Imagem da pia do banheiro



Fonte: Autora (2021)

O parque possui acessibilidade no complexo esportivo, (figuras 35, 36, 37 e 38) porém foi observado que no local falta manutenção nas sinalizações, calçamento e pintura.

Figuras 35 e 36: Imagens do complexo esportivo



Fonte: Autora (2021)

Figura 37 e 38: Imagens do complexo esportivo



Fonte: Autora (2021)

Como se pode observar nas (figuras 39 e 40), a área de circulação possui acessibilidade, apresentando sinalizações adequadas, piso tátil, calçamento adequado sem desníveis conforme a norma NBR 9050 de acessibilidade.

Figuras 39 e 40: Imagens da área ciclismo e caminhada



Fonte: Autora (2021)

4.2.1. Resultados obtidos através dos questionários dos visitantes (Google Forms)

Foram aplicados 39 questionários, mas somente 20 pessoas responderam. O questionário foi enviado através de e-mail e pelas redes sociais Instagram e WhatsApp

De acordo com os entrevistados 53,8 % informaram que é do sexo feminino e 46,2% masculino. Sobre o estado civil 74,4% informaram que são solteiros; 17,9% casados; 2,6% são divorciados e 5,1% outros. Em relação à faixa etária 53,8% dos entrevistados tem entre 11 a 21 anos; 23,1% informaram que tem entre 22 a 31 anos; 12,8% informaram que possui 32 a 41 anos e 10,3% tem 42 a 51 anos.

Quanto à visitação ao local, 51,3% informaram que não costumam visitar o parque e 48,7% informaram que costumam visitar o local. De acordo com os visitantes 43,6% informaram que vão acompanhados com a família; 48,7% com os amigos e apenas 7,7% visitam o parque sozinho. Foi informado que 100% dos visitantes não possuem nenhuma deficiência física.

Em relação a satisfação da acessibilidade no local, 53,8% dos entrevistados informaram que não estão satisfeitos e 46,2% dizem que estão satisfeitos. Classificam o parque como “bom” 76,9% dos entrevistados; como “ótimo” 15,4% e 7,7% dos entrevistados classificam o parque como “ruim”. A experiência no parque foi positiva para 76,9% dos entrevistados e 23,1% como negativa.

Ao perguntar aos entrevistados sugestões para a melhoria da infraestrutura do parque, foi possível observar as seguintes opiniões.

- Entrevistado 01: “Está precisando de uma pequena reforma, principalmente nos banheiros. Mas em termos de acessibilidade no local na minha opinião tá bom”.
- Entrevistado 02: “Reforma no banheiro, mais rampas de acesso e melhorias nas pinturas em geral”.

- Entrevistado 03: “Manutenção de alguns objetos, pinturas e segurança”.
- Entrevistado 04:” Reformar pista devido aos buracos”.
- Entrevistado 05: “Zelo pelo local e melhoria na iluminação”.
- Entrevistado 06: “Melhorar a iluminação no período noturno”.
- Entrevistado 07: “No tempo que frequentei o local, a segurança (reforço de policiamento) era mínima, quase inexistente. O parque é bom, a infraestrutura é boa, mas precisa combater ainda questões de vandalismos com reforço policial, por exemplo”.
- Entrevistado 08: “Brinquedos que permitam que crianças com deficiência também possam brincar”,
- Entrevistado 09:” Seria interessante um maior investimento na segurança do parque para evitar assaltos”.
- Entrevistado 10:” Implementação de cercas separando o mangue do parque; mudanças para que ocorra uma melhor locomoção dentro do parque para pessoas que possuem necessidades físicas”.
- Entrevistado 11: “Mais infraestrutura e reforma de danos pelo tempo”.
- Entrevistado 12: “Rampas de acesso, calçadas uniformes (sem buracos)”.
- Entrevistado 13: “Melhoria na infraestrutura”.
- Entrevistado 14: “Colocar mais atrativos para as crianças, como brinquedos, colocar fast food com o objetivo de entreter a família”.
- Entrevistado 15:” Questão da segurança e da aparência, pois percebi que tinha vários locais pichados nos próprios quiosques”.
- Entrevistado 16: “Ter mais vagas de estacionamento para ir mais pessoas ao parque”.
- Entrevistado 17: “Primeiro, melhorar os locais de caminhada e os quiosques para o pessoal ir. Além disso, melhorar a infraestrutura como um todo, para que as pessoas cadeirantes possam visitar”.
- Entrevistado 18: “Questão de placas de conscientização ambiental, frases e entre outras coisas”.
- Entrevistado 19: “No geral a infraestrutura é boa. Os banheiros poderiam ser melhorados”.
- Entrevistado 20: “Melhorar o calçamento do parque”.

A partir da análise, foi possível diagnosticar que o parque dos Cajueiros oferece condições de acessibilidade conforme a Lei nº 10.098 e a NBR 9050:2004 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos), porém deve ser melhorada a infraestrutura do local. Os depoimentos dos entrevistados apontam que o parque dos Cajueiros oferece boas condições de acessibilidade para as pessoas independente do estado físico, contudo, precisa de reforma, pintura e manutenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir em pesquisas futuras, já que se trata de uma temática de grande importância para o profissional do turismo. O mesmo deve ser acessível para todos e não deve ser entendido somente como direito social, mas como uma grande oportunidade de negócios para o setor em nosso país.

A importância da acessibilidade no turismo é muito clara e precisa ser debatida e analisada, para que não prejudique a segurança e a integridade física e não deixar nenhum turista excluído da atividade por conta da falta da acessibilidade.

Diante das entrevistas e observações da pesquisa foi possível detectar que o Parque da Cidade - José Rollemberg Leite oferece poucas e deficitárias condições de acessibilidade aos visitantes/turistas, como é estabelecido na norma da ABNT NBR 9050:2004. Entretanto, o parque dos Cajueiros é um local acessível, mas que necessita de melhoria na infraestrutura. Dessa forma possibilitando o direito de ir e vir das pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência.

REFERÊNCIAS

- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050, Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- ALVES, Prinscilla; RAIA, Archimedes Azevedo. **Mobilidade e Acessibilidade Urbanas Sustentáveis: A gestão da mobilidade no Brasil**. Disponível em [www.ambiente-augm.ufscar.br] Acesso em: 04 de fevereiro de 2021
- ANDRADE, J.V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1992.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BENI, M.C. **Fundamentos da Teoria de Sistemas Aplicadas ao Turismo**. 2001. P. 36.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 13. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008

BENI, Mário Calos. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2011.

BERNARDES, Sandra Ribeiro. **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em [\[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec9_CadernoAcessibilidade_m.pdf\]](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec9_CadernoAcessibilidade_m.pdf) Acesso em 15 de fevereiro de 2021

BINS ELY, Vera Helena Moro. **Orientar-se no Espaço: Condição Indispensável para a Acessibilidade**. In: **Seminário Nacional Acessibilidade no Cotidiano**, I, 2004, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

BRASIL, Lei Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000**, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL, Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. **Dá prioridade de Atendimento às Pessoas que especifica, e dá outras Providências**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Poder Executivo, Brasília, 1989.

BRASIL, Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 1 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil].

BRASIL, Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília, 2000.

BRASIL, Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015.

BRASIL, Resolução Nº 738, de 6 de setembro de 2018.

COLESANTI, M. T. M. **Por uma Educação Ambiental: o Parque do Sabiá, em Uberlândia, MG**.1994. 175f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1994.

CORNER, D. M. R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DANTAS, Andréa Virgínia Sousa; CHAGAS, Márcio Marreiro das; AMARAL, Semari Estefânia da Silva; at all. **Pessoas com Deficiência como Nicho de Mercado no Turismo Emissivo e Receptivo: Uma Análise da Realidade da Cidade do Natal/RN**. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR) Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de junho de 2008.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 8. Ed. São Paulo: Futura.

DE LA TORRE. Oscar. **El turismo- fenómeno social** México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

DISCHINGER, Marta; PADARATZ, Rejane; ELY, Vera Helena M.B. **Acessibilidade e inclusão no ensino para melhoria da qualidade de vida urbana**. Florianópolis, 2005.

DORIGO, T.A.; LAMANO-FERREIRA, A.P.N. **Contribuições da Percepção Ambiental de Frequentadores sobre Praças e Parques no Brasil (2009-2013): revisão bibliográfica**. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, vol. 4, n.3, 2015. Disponível em: [\[http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/138\]](http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/138) . Acesso em: 16 de fevereiro de 2021

FRANÇA, T.P.P.de; SANTOS, C.Z.A.dos; GOMES, L.J. Arborização de Aracaju: uma percepção dos seus moradores. *Geografia* (Londrina), v. 21, n. 2, p. 5-22, 2013. Disponível em: [<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/9507>.] Acesso em: 18 de fevereiro de 2021

GOMIDE, A. Á., & GALINDO, E. P. (2013). **A mobilidade urbana: uma agenda inconclusa ou o retorno daquilo que não foi**. Estudos Avançados, 2013. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300003&lng=pt&tlng=pt] Acesso em 01 de março de 2021

KNEIB, Erika Cristine. **Mobilidade Urbana e Qualidade de Vida: do Panorama Geral ao Caso de Goiânia**. Goiânia: Revista UFG, 2012.

KINSKY, Marcos (2004). **Serpro garante acessibilidade digital para portadores de necessidades especiais**. Disponível em: [<https://lucianopg.wordpress.com/2010/05/07/serpro-garante-acessibilidade-digital-para-portadores-de-necessidades-especiais/>]. Acesso em 10 de fevereiro de 2021

MACEDO, Silvio S. e SAKATA Francine G. **Parques Urbanos no Brasil**. SP- Editora da Universidade de São Paulo – Coleção QUAPÁ; 2003.

MARIA, Ecione da Silva; RIBEIRO, Beatriz Soares. **A acessibilidade no parque do Sabiá para pessoas com deficiência física**. Disponível em [<http://www.observatorium.ig.ufu.br/>] Acesso em: 09 de fevereiro de 2021

MATIAS, Átila. **Mobilidade urbana no Brasil**; Brasil Escola. Disponível em: [<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/mobilidade-urbana-no-brasil.htm>] Acesso em 23 de fevereiro de 2021

OMT - Organização Mundial de Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PAVARINO Filho, R.V. (1996). **Análise do espaço de Circulação de Pedestres nos Deslocamentos Complementares a Viagens e Transportes Público**. Dissertação de mestrado. Engenharia Civil. Universidade de Brasília. Brasília.

TOLEDO, F. S.; SANTOS, D. G. **Espaços Livres de Construção**. SBAU. Piracicaba. v.3, nº 01, mar. 2008, p.73-91.

TOLEZANO, Beatriz Regina. **Acessibilidade em terminais de passageiros em São Paulo: Tiê e Cumica**, 2011. Disponível em [<https://www.eumed.net/rev/turydes/09/taw.htm>] Acesso em 18 de fevereiro de 2021

PINTO, Tales. **Mobilidade urbana e o direito à cidade**. Disponível em [<https://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategias-ensino/mobilidade-urbana-direito-cidade.htm>] Acesso em 01 de março de 2021

RAMPAZZO, S. E.; CORRÊA, F. Z. Mota. **Desmistificando a metodologia científica: guia prático de produção de trabalhos acadêmicos**. Erechim, RS: Habilis, 2008. 199 p

ROLIM, L. C. (1989). **Educação e Lazer: A Aprendizagem Permanente**. São Paulo: Ática.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1996.

SATHISAN, S.K.; SRINIVASAN, N. **Evaluation of accessibility of urban transportation networks**. *Transportation Research Record*, n. 1617, 1998, p. 78-83.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, Elaine Santos Fontes. **Acessibilidade do cadeirante: O caso da praça Tobias Barreto – Aracaju/SE**, 2016. Disponível em [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9618/2/Elaine_Souza_Santos_Fontes.pdf] Acesso 01 de março de 2021

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade:** análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

APÊNDICE I
QUESTIONÁRIO - ACESSIBILIDADE NOS PARQUES

1. Gênero.
☐ masculino ☐ feminino ☐ outros
2. Estado civil.
☐ solteiro ☐ casado ☐ divorciado ☐ outros
3. Qual sua faixa etária?
☐ De 11 a 21 anos ☐ De 22 a 31 anos ☐ De 32 a 41 anos ☐ De 42 a 51 anos
☐ 62 anos ou mais
4. Costuma visitar o local?
☐ sim ☐ não
5. Com quem você vem ao parque?
☐ Sozinho ☐ Família ☐ Amigos
6. Possui alguma deficiência?
☐ sim ☐ não
7. Você está satisfeito com a questão de acessibilidade no local?
☐ sim ☐ não
8. O que você achou do parque?
☐ bom ☐ ótimo ☐ ruim
9. Sua experiência foi positiva ou negativa no local?
☐ positivo ☐ negativo
10. Apresente sugestões para a melhoria das questões de infraestrutura do parque.

APÊNDICE II
QUESTIONÁRIO PARA GESTOR - ACESSIBILIDADE NOS PARQUES

1. Nome do gestor.
2. E-mail
3. O parque costuma receber muitos visitantes?
☐ Sim ☐ Não
4. O que os visitantes mais gostam no parque?
5. O parque oferece boas condições de acessibilidade?
☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez
6. O local atende as leis e normas de acessibilidade, conforme a NBR - 9050: 2004?
☐ Sim ☐ Não
7. O que você sugere para a melhoria do parque, em relação a acessibilidade?
8. O parque tem algum projeto para atrair pessoas com mobilidade reduzida?
9. O que você sugere para a melhoria das práticas de lazer no parque?
10. Na sua opinião, a infraestrutura do local é adequada para atender o visitante/turista independente do seu estado físico?

11. Em época de pandemia, o parque segue todos os protocolos de segurança determinado pelo Ministério da Saúde?